



XIX ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR
Blumenau - SC - Brasil

CIDADE MÉDIA, FINANCEIRIZAÇÃO DA MORADIA E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL:
ANÁLISE DO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA (FAIXA 1) EM VARGINHA/MG

joice zentner de brito (Universidade Federal de Alfenas (Unifal)) - joicezentner@gmail.com
Mestranda em Gestão Pública e Sociedade pela Universidade Federal de Alfenas (Unifal). Formada em Arquitetura e Urbanismo pelo UNIS/MG

Fernando Pereira Batista (Universidade Federal de Alfenas (Unifal)) - fernando.pereira@unifal-mg.edu.br
Professor do mestrado acadêmico Gestão Pública e Sociedade (PPGPS) da Unifal-MG. Doutor em Economia pelo CEDEPLAR/UFMG. Mestre em Economia pelo CEDEPLAR/UFMG e Bacharel em Economia pelo IE/UNICAMP

Everton Rodrigues da Silva (Universidade Federal de Alfenas (Unifal)) - everton.silva@unifal-mg.edu.br
Professor do mestrado acadêmico Gestão Pública e Sociedade (PPGPS) da Unifal-MG. Doutor em Administração pelo CEPEAD/UFMG. Mestre em Ciências em Administração pelo Instituto COPPEAD de Administração (UFRJ).

Cidade média, financeirização da moradia e segregação socioespacial

Análise do Programa Minha Casa, Minha Vida (faixa 1) em Varginha/MG

INTRODUÇÃO

A forma em que as cidades contemporâneas são estruturadas é resultado de um processo histórico, político e social. Esse desenvolvimento de formação do espaço urbano resultou na reprodução da desigualdade e segregação socioespacial no território brasileiro (SANTOS, 1993). O território é ponto de partida para todas as relações econômicas, sociais e políticas e pode ser pensado desde uma perspectiva espacial e geográfica, quanto parte estratégica do Estado para manutenção e controle das ações públicas (SOUZA; SILVA, 2019).

A cidade contemporânea se deu a partir de uma lógica capitalista, que trata a questão da moradia através de uma lógica mercadológica, o que influenciou a construção do espaço. Aqueles com maior poder econômico possuem áreas de melhor localização e fácil acesso, enquanto as classes mais pobres são delegadas às áreas periféricas e com pouca infraestrutura (SINGER, 1982).

No processo de produção do espaço urbano contemporâneo, as políticas habitacionais têm sido mecanismos de mudanças na concepção das cidades médias brasileiras e tem favorecido modos de reprodução de desigualdades e segregação socioespacial. Isto se dá devido ao fato de que a aplicação dessas políticas implantadas pelo Estado é regida pelas necessidades do mercado imobiliário, ou seja, o processo de implantação tem o capital como norteador (ROLNIK, 2015).

O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), consolidado pela Lei N. 11.977/2009, tem colaborado para o processo de segregação socioespacial nas cidades médias, na medida que os empreendimentos destinados à população de baixa renda foram construídos em descontinuidade com o tecido urbano, em áreas sem infraestrutura e equipamentos de consumo coletivo.” (RODRIGUES, 2011; p. 77).

Este artigo analisa a implantação do PMCMV (faixa 1) na cidade de Varginha (MG) e suas implicações na produção e reprodução da segregação socioespacial e desigualdades. Defende-se a ideia de que a implantação do PMCMV contribui para o processo de segregação socioespacial em Varginha (MG) e acentua o aumento das desigualdades dentro do território urbano. Optou-se por se ater aos conjuntos pertencentes a faixa 1 do Programa – correspondente às famílias de renda mais baixa, até R\$ 1,8 mil por mês –, porque esses sofrem uma segregação imposta, uma vez que os moradores desses bairros não têm poder de escolha sobre a localidade e estrutura do

empreendimento, como usualmente é feito com a população de baixa renda (CARDOSO, 2017).

Para o desenvolvimento da pesquisa, os procedimentos metodológicos foram estruturados da seguinte forma: a) construção do referencial teórico sobre segregação socioespacial na cidade média contemporânea, enfatizando a forma como o PMCMV influi no espaço habitado; b) levantamento bibliográfico sobre o PMCMV, levantamento de dados sobre o PMCMV em Varginha, através dos órgãos oficiais do município; e c) realização de pesquisa de campo nos bairros que se enquadram no PMCMV faixa 1, utilizando as técnicas de observação sistemática qualitativa, levantamento fotográfico e entrevistas semiestruturadas com moradores dos bairros.

A importância desse estudo reside na necessidade de compreender como a produção do espaço sob a égide capitalista, por si só, é produtora e reprodutora de desigualdades. Analisar os processos de produção do espaço através do PMCMV em Varginha auxilia no entendimento das dinâmicas de produção da segregação socioespacial nas cidades médias fora dos eixos metropolitanos, lançando luz a esse fenômeno no Sul de Minas Gerais.

Além da introdução e considerações finais o artigo está estruturado em referencial teórico acerca da segregação socioespacial e produção das desigualdades nas cidades médias. Em seguida, apresenta-se a cidade de Varginha, seu perfil urbano e os bairros objetos da pesquisa e pôr fim, a relação entre o PMCMV e a produção de desigualdades na cidade por meio de uma análise empírica.

A PRODUÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO

A cidade é o lócus da reprodução da vida social na contemporaneidade, pois é nela onde as pessoas constroem suas relações e sociabilidades. A reprodução social da vida está ligada ao direito ao acesso à moradia e solo urbano, uma vez que estes são meios imprescindíveis para vida de todas as pessoas que habitam o meio urbano. Porém as cidades contemporâneas se deram por meio da lógica de produção capitalista, onde a terra é vista como um fator de produção ou bem mercadológico, que nem todos possuem acesso igualitário.

O sistema capitalista transforma, dentro da sua lógica econômica, o acesso à terra em mercadoria, e como tal se sujeita às regras estabelecidas para o acesso e uso da propriedade privada (SANTOS JUNIOR, 2017). Rolnik (2015) retrata como, dentro da história, a propriedade privada individual se sobrepõe às demais formas de uso e direito sobre a terra. Esse processo teve início na Europa do século XVIII, com o cercamento do território, num processo intitulado por Karl Polanyi de 'deslocamento territorial' ou a divisão entre terra e trabalho. O uso da terra através da propriedade privada se consolidou de forma jurídica e política através da construção do Estado liberal e se expandiu por meio da globalização das formas capitalistas de produção e consumo.

Santos Júnior (2017) aborda como o entendimento da produção capitalista da cidade perpassa por pontos da teoria de valor de Karl Marx, uma vez que, ao entender o solo como mercadoria, este passa a ter valor de uso e valor de troca. Para Marx o valor de uso se refere ao processo de consumo dado

a algo, relacionando-o a nossa subsistência, enquanto o valor de troca se refere ao valor monetário que se pode obter na troca de valores de uso. Dentro dessa lógica o solo urbano possui valor de uso para determinada parcela da sociedade, como por exemplo as pessoas que irão viver em determinada localidade, e para outra parte, como, por exemplo, para os especuladores imobiliários, ele possui apenas valor de troca.

A mercantilização do solo é necessária para a perpetuação do sistema capitalista, pois a propriedade privada da terra é elemento base da produção do capital, sem o qual impossibilitaria a 'produção' do trabalho não remunerado de outra pessoa. Ao tornar mercadoria, o solo urbano, a renda fundiária e seus exploradores passam a ser agentes ativos no processo de competição (ROLNIK, 2015).

A ocupação do solo, ao ser entendida como propriedade privada, torna-se renda para quem detém o direito sobre ele (SINGER, 1978). A terra possui valor de uso e troca dentro do sistema, mas o 'capital' imobiliário não constitui propriamente um meio de produção. Isso se deve ao fato de que a terra é um bem natural (e não fruto do trabalho humano), cujo preço é definido pela economia de mercado (e não pelo trabalho). Para Singer (1978, p.22) o capital imobiliário é um falso capital que se origina da "monopolização do acesso a uma condição indispensável àquela atividade", ou seja, o capital imobiliário se dá pelo monopólio da terra, sendo essa terra necessária para produção capitalista.

O solo urbano não é uma simples mercadoria – devido algumas características abordadas por Harvey (1980) – como o fato de ser um bem imóvel e que possui uma vida longa, tendo poucos donos em um grande espaço de tempo, gerando um monopólio sobre determinada fração do espaço geográfico. Esse baixo fluxo de troca possibilita que a pessoa que vai usar esse espaço por muito tempo também possa pagar por isto durante muito tempo. A abordagem de Harvey dialoga com o financiamento maciço de habitação no território brasileiro, dificilmente pode-se encontrar bens cujo financiamento possua um prazo de trinta anos, como ocorre no setor imobiliário brasileiro (SANTOS JUNIOR, 2017).

Outro ponto tratado por Harvey (1980), reside no fato de que o solo urbano possui valores de uso distintos, a depender da atribuição dada por seus proprietários, pois há várias formas de usar determinado espaço. O acesso à terra parte daqueles que querem fazer uso dela e aqueles que querem auferir renda através da mesma, como um ativo (SINGER, 1978). Essa variação do valor de uso do solo urbano torna "possível identificar diversos agentes e interesses em torno da produção e da gestão das cidades." (SANTOS JUNIOR, 2017; p.13). Dentro da economia capitalista, o mercado é regulador do uso do solo, pelo qual é atribuído o preço pelo acesso a utilização do espaço (SINGER, 1978).

No mercado imobiliário, o preço tende a seguir a oferta da demanda, tendo seu valor oscilando conforme essa demanda para usos diversos, e uma oferta inelástica, distinta da produção industrial usual. O próprio processo de ocupação do tecido urbano pela expansão das cidades modifica o preço de determinado local, criando oscilações e valorização ou desvalorização da terra. Entendendo que todo espaço urbano é propriedade, toda localização, por pior que seja, deve,

dentro da lógica mercadológica, ser vendida, comprada ou alugada (SINGER, 1978).

Essa mudança impacta diretamente a questão habitacional. A partir da primeira década do século XXI, a habitação passa por um processo de desconstrução de um bem social para uma mercadoria, funcionando como ativo comercializado no mercado financeiro (ROLNIK, 2015). Essa mudança de visão sobre a moradia coincide com a necessidade do sistema capitalista de transformar o solo urbano em propriedade privada, para sua consolidação. A moradia está vinculada à questão do solo urbano, pois se a terra passa a ser entendida como propriedade privada, a destituição da moradia, enquanto meio de acesso social, é necessária para então implantar sua ressignificação enquanto um atrativo econômico.

Para Rolnik (2015), trata-se da transformação da economia política de habitação em componente pelo qual se ordena o capitalismo contemporâneo, marcado pela predominância das finanças e do capital fictício, bem como pelo controle progressivo da extração de renda sobre o capital produtivo, processo denominado como financeirização.

A tomada das políticas habitacionais pelo mercado financeiro causou mudanças nas dinâmicas territoriais. Rolnik (2015) trata de como a financeirização da produção da moradia é um processo em que há um “[...] domínio crescente de atores, mercados, práticas, narrativas e subjetividades financeiros em várias escalas, o que resulta na transformação estrutural de economias, empresas, Estados e grupos familiares” (ROLNIK, 2015, p.27).

É preciso lembrar que os detentores dos meios de produção, os grandes latifundiários, o setor imobiliário, o Estado e a população são agentes de mudança do espaço urbano (CORRÊA, 1995). Portanto, no sistema vigente há uma sobrepujança dos interesses individuais do capital sobre a necessidade da população. A política habitacional vem como forma de sanar as necessidades de setores burgueses, onde seus interesses sobrepõem os das classes trabalhadoras (SUAVE, et al; 2019).

Os resultados dessa inversão das políticas habitacionais são os problemas urbanos que acometem as cidades. Com a maior demanda pelo setor imobiliário houve um aumento no valor da terra e da moradia, o que dificultou o acesso à moradia por parte da população pobre e um aumento nas listas de espera para programas habitacionais (ROLNIK, 2012). Há então um grande déficit habitacional concentrado nas famílias de baixa renda, dando ao mercado imobiliário liberdade para adquirir terras de menor valor, longe das áreas urbanas consolidadas, pois a venda desses espaços é garantida.

As moradias subsidiadas têm ocorrido principalmente nas áreas periféricas das cidades, que possuem terras de menor valor. Junto a isso aparecem problemas como a falta de infraestrutura adequada, acesso a serviços públicos precários e transporte público deficiente. Rolnik (2012), em relatório elaborado para ONU, pontua como a política habitacional brasileira também reproduz os problemas pontuados. As habitações feitas para população pobre possuem baixa qualidade e são estigmatizadas. Isso resulta em um processo de segregação socioespacial, aumentando as disparidades entre as classes, afastando a população pobre dos centros, reduzindo a qualidade de vida dessas famílias e dificultando o acesso aos serviços urbanos.

Assim, o que se procurou demonstrar nesta seção é que a segregação socioespacial é resultado do processo de financeirização, que por sua vez surge como expressão do processo de produção capitalista do espaço. Ao tratar a terra como mercadoria, abre-se um precedente para criar formas mercadológicas para geração de lucro por meio dela. O financiamento de moradias é a materialização da ação mercadológica sobre o território.

CIDADE MÉDIA, DESIGUALDADE E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL

A forma em que as cidades contemporâneas são estruturadas é resultado de processo histórico, político, social e econômico. Esse desenvolvimento de formação do espaço urbano resultou na reprodução da desigualdade e segregação socioespacial no território brasileiro. O território nacional passou por transformações extensas e profundas, o processo de modernização vivido nos últimos decênios trouxe “[...] enormes mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais, apoiada no equipamento moderno de parte do território e na produção da paisagem tendente a aceitar essas mudanças como um sinal de modernidade” (SANTOS, 1993, p.117).

A urbanização pautada em preceitos capitalistas resulta na desigualdade e segregação socioespacial. Tal segregação “[...] exprime formas e conteúdo da apropriação e da propriedade, da mercadoria terra e das edificações, da cidade mercadoria, da exploração e da espoliação da força de trabalho, da acumulação desigual no espaço” (RODRIGUES, 2007; p. 74).

A segregação é a exteriorização espacial das desigualdades sociais. Sposito (1996) aborda a segregação como as divisões sociais que ocorrem dentro do território, O’Neil (1983) a compreende como a reprodução no espaço da diferença social e Villaça (1998, p.142) como “[...] um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjunto de bairros”. Em resumo, a segregação socioespacial ocorre no momento em que a divisão territorial é pautada em classes sociais, categorizando os espaços hierarquicamente, conforme poder de determinado grupo.

Na mesma linha teórica, Castells (1983, *apud* VILLAÇA, 1998) sugere que a segregação urbana tem como marca a organização socioespacial em zonas homogêneas, de grande disparidade social entre si. Para este autor a segregação é decorrente do arranjo do produto entre os indivíduos e do ordenamento do produto-habitação no território. Esse arranjo está condicionado à forma de reprodução da força de trabalho junto a necessidades oriundas da estrutura social. Dentro desta separação, há localidades destinadas à classe social mais abastada e àquela com menor poder aquisitivo.

O’Neil (1983) aborda duas formas distintas: a segregação imposta e a autosegregação. Na primeira, os indivíduos pertencentes às classes de renda mais baixa não têm escolha sobre onde morar – como é o caso da população residente do PMCMV faixa 1 – e, na segunda, os indivíduos, pertencentes a classes mais altas, escolhem habitar em um local afastado da cidade. Essa segregação gera ‘cidades dentro da cidade’ – vide condomínios fechados. Santos (1989) explica como esse processo de segregação acarreta a formação de uma cidade pobre e uma cidade rica.

A segregação faz com que haja uma fragmentação do espaço urbano, separando a população, criando barreiras de comunicação e circulação entre os espaços, além de extinguir a possibilidade de diálogo entre as classes que compõem a cidade (SPOSITO, 1996) e de criar no território áreas de pobreza (favelas, assentamentos irregulares e bairros populares). Essa compreensão está presente em Lefebvre (1983) para o qual o urbano resulta da complexidade social e tem como base a diferença. Dentro dessa perspectiva, a segregação desmantela o urbano à medida que mitiga a complexidade social e homogeneiza o espaço. A cidade é espaço de múltiplas vivências, usos e causas, e deve ser lida em sua totalidade compreendendo-a enquanto “[...] lugar da produção e reprodução da vida social, enfim, como o lugar da vida, compreendendo o homem em todas as dimensões da sua existência, além do trabalho e do consumo” (ARROYO, 2006, p. 82).

A segregação opera, portanto, como um fenômeno desarticulador dessas vivências múltiplas, ou seja, no momento que se segrega a cidade em classes e impossibilita a convivência entre elas, retira-se o principal fomentador da vida urbana, o convívio social entre os indivíduos.

Como dito no início dessa seção, as desigualdades estruturais, sociais e econômicas dentro do território são fatores de estímulo à segregação. O Estado se torna um órgão promotor da segregação, na medida em que, junto ao capital imobiliário, escolhe de maneira arbitrária quais locais investir no espaço intraurbano e promove leis de zoneamento e ocupação que reforçam as formas de segregação Lefebvre (1983).

A partir dessa perspectiva torna-se importante compreender os processos de segregação nas cidades médias, localizadas fora dos eixos metropolitanos. A descentralização das metrópoles em direção às cidades médias e pequenas – uma estratégia de desenvolvimento do território brasileiro adotada pelo Estado na década de 1970 –, com a consequente execução de políticas públicas voltadas à “[...] implantação de indústrias e [a concessão de] recursos públicos para investimentos em infraestruturas nas cidades de porte médio” (FRANÇA; SOARES, 2012, p. 174), acelerou o ritmo de expansão urbana.

Junior e Whitacker (2007) mencionam que no âmbito municipal fica mais evidente o papel do Estado enquanto órgão reprodutor de segregação. Isso se deve à autonomia dos municípios sobre o espaço urbano. Nessas localidades os poderes executivo e legislativo local ficam responsáveis pela criação de políticas territoriais como Plano Diretor, bem como a instalação de bens e equipamentos públicos. Vieira (2011) levanta a hipótese de que os processos de segregação nas cidades médias são mais severos do que nas metrópoles. Isso se deve, na opinião do autor, ao fato de que nessas localidades há pouca organização política entre as classes menos favorecidas, o que “[...] provocaria o controle da produção do espaço urbano quase que exclusivamente pelos proprietários de terras urbanas, pelos incorporadores imobiliários e pelo poder público municipal, em geral, sob o domínio destes interesses particulares” (SPOSITO, 2004). Vieira (2011) apresenta cinco fatores que caracterizam e diferenciam o processo de segregação socioespacial nas cidades médias: de natureza social, geográfica, política, econômica e ideológica.

O fator social está ligado à naturalização. Há nas cidades médias uma naturalização da segregação, tratando-se como natural a divisão do espaço

entre 'pobres' e 'ricos' (VIEIRA, 2011). O autor usa a expressão o "lugar de cada um" (VIEIRA, 2005) para tratar sobre a naturalização das desigualdades. Essa concepção corrobora para o não-questionamento acerca da implantação dos loteamentos e conjuntos habitacionais em áreas de difícil acesso, longe dos centros e sem infraestrutura básica.

O fator geográfico reside no fato que, diferente das grandes metrópoles, o contraste entre as localidades privilegiadas e as destinadas à população mais pobre não são tão gritantes, fazendo com que seja aceito de forma mais natural tanto para quem vive nessas localidades, quanto para quem tem uma visão externa (VIEIRA, 2011), entendendo que aquele local está de acordo com a população que ali reside. A pouca organização política dos entes mais populares consiste no terceiro fator.

A priorização dos interesses privados sobre a coletividade diz respeito ao quarto fator, na medida em que toda a concepção do território é feita de maneira a priorizar os interesses do capital e o uso dos agentes públicos como mediador dessas necessidades. A relação entre poder público e agentes capitalistas cria mecanismos que favorecem a reprodução do capital privado (VIEIRA, 2011).

Todo esse processo fortalece o mercado imobiliário, que "[...] desempenha um papel primaz no processo de produção e estruturação do espaço urbano" (SPOSITO, 1996, p.79). A cidade média capitalista tem seu processo urbano pautado na exclusão e reprodução da desigualdade (SANTOS, 2001). Maricato (2000) relaciona a segregação com o mercado imobiliário, marca do capital sobre o território. Para a autora, o mercado imobiliário atrela sobre determinadas localidades status de poder e renda, o que instiga movimentos de segregação dentro do território urbano brasileiro.

Por último, Vieira (2011) apresenta o fator ideológico. As cidades médias são lidas como "ilhas de prosperidade". As cidades médias não-metropolitanas têm sido o principal destino das indústrias, comércio de bens e serviços devido à desconcentração industrial em curso no país. Santos (1993, p. 58), numa visão mais específica, afirma que "[...] as cidades intermediárias ou cidades médias são crescentemente lugar do trabalho intelectual e onde se obtêm informações necessárias à atividade econômica"

No imaginário popular, as cidades médias gozam de vantagens competitivas significativas, pois – supostamente – tem melhor infraestrutura urbana e acesso a serviços, sem perder características inerentes às cidades pequenas (BOGNIOTTI, 2018), além de oferecer melhor qualidade de vida à população residente, em detrimento das áreas metropolitanas. Esse imaginário construído ajuda a compor a ideia de que as cidades médias são um "[...] local de oportunidades, aqueles que não estão qualificados, que não se habilitam para se inserir no processo devem ser marginalizados, excluídos social e espacialmente da cidade 'idealizada', lhes restando apenas os espaços degradantes e estigmatizados" (VIEIRA, 2011, p. 22).

PMCMV E O ESPAÇO HABITADO

A questão da habitação social no Brasil desde sua implantação por parte do governo Vargas, nos anos 1930, traz consigo um olhar pessimista da sociedade para com este tipo de construção. Por ser destinada a camada mais pobre da população sua implantação é feita em locais distantes dos centros urbanos, o que cria maior segregação, tendo em vista que “[...] as desigualdades sociais e a concentração de renda se manifestam fisicamente em espaços segregados de nossas cidades” (VARGAS, 2012; p. 02).

O PMCMV, consolidado pela Lei nº 11.977/2009, tinha como objetivo diminuir o déficit habitacional através da oferta de moradias para famílias de baixa renda, além de contribuir com a economia, impulsionando o ramo da construção civil. Todo o programa foi estruturado em faixas salariais, que servem de parâmetro para o financiamento dos imóveis. A faixa 1 para quem possuía renda mensal de até R\$ 1600,00, de 2009 a 2015, e de R\$ 1800,00 a partir de 2016; a faixa 2 para aqueles com renda mensal de R\$ 3275,00, de 2009 a 2015, e R\$ 3600,00, a partir de 2016; e a faixa 3, para aqueles com renda mensal superior a R\$ 5000,00, de 2009 a 2015, e R\$ 6500,00 a partir de 2016. Na segunda fase que se iniciou em 2016 foi criado a faixa 1,5 com renda mensal de R\$ 2350,00 (MINHA CASA MINHA VIDA, 2016).

Apesar dos resultados positivos alcançados pelo programa, as habitações construídas ainda são tratadas sob a ótica do mercado, onde associa-se que solucionar o problema da habitação se dá a partir da entrega do produto ao proprietário. A habitação tornou-se uma forma de acesso a valores econômicos, revestidos pelo discurso de acesso a ‘casa própria’, sendo mecanismo de especulação e meio de geração de lucros (CUNHA; GUIMARÃES, 2019). Essa mercantilização está presente em todo processo do PMCMV, que serve muito mais como fomentador econômico do que como meio de acesso à moradia digna. Essa tomada do PMCMV pelo mercado privado acarretou a construção de conjuntos habitacionais segregados, afastados das áreas consolidadas, reiterando um processo histórico de segregação socioespacial da população pobre (CUNHA; GUIMARÃES, 2019).

Não se pode negar os avanços proporcionados pelo programa, ao criar formas de acesso a casa, mas o que se crítica é a agenda neoliberal sob a qual ele foi cunhado (CUNHA; GUIMARÃES, 2019). A preocupação com a geração de renda colocou de lado questões como qualidade arquitetônica e urbanística desses empreendimentos, que em sua maioria são construídos em locais com pouca ou nenhuma estrutura urbana, sem acesso a serviços essenciais, com mobilidade reduzida, transporte público ineficiente entre outros problemas oriundos da segregação.

Sob a égide da financeirização de terra, o PMCMV foi estruturado de forma permitir a extração de lucro em sua máxima potência, não se preocupando pela integração da população de baixa renda no solo urbano, mas sim reiterando o lugar marginal destinado às famílias pobres. Dentro do sistema vigente há uma sobrepujança dos interesses individuais do capital sobre a necessidade da população. Os conjuntos habitacionais pertencentes à faixa 1 são os mais afetados por esse processo, empurrando aqueles que não possuem poder aquisitivo para as regiões periféricas da cidade.

Para Abiko (1995, p.12) a habitação popular não deve ser “entendida meramente como um produto e sim como um processo, com uma dimensão física, mas também como resultado de um processo complexo de produção com determinantes políticos, sociais, econômicos, jurídicos, ecológicos e tecnológicos”. A produção de moradia de interesse social vai muito além da questão mercadológica, se fazendo necessário entender como ocorre a apropriação destes espaços e a construção do cotidiano neste meio urbano, uma vez que é necessário entender sobre o cotidiano das pessoas para compreender a reprodução da vida social (LEFEBVRE, 1983).

É necessário que a produção da habitação social dialogue com as necessidades socioeconômicas da população (FERNANDES, 2003), compreendendo que moradia digna é um direito de todo cidadão, necessária para construção de uma sociedade igualitária. Para além da questão social deve-se entender a importância destes programas para o desenvolvimento da cidade, sendo está um espaço mutável que é moldada conforme o comportamento dos agentes sociais que a compõem (SANTOS, 1993).

Santos (1993) discorre sobre como o espaço ocupado pelo homem é moldado conforme a prática social imposta pelos seus habitantes, a cidade é constituída e moldada por essas práticas sociais. Os conjuntos habitacionais que ofertam qualidade “[...] faz com que os cidadãos convivam de uma forma harmônica e isso estimula uma convivência pacífica e digna [...]”, portanto, “[...] o direito à moradia não se consubstancia somente na construção de casas, mas compreende a qualidade de vida como um todo” (DESORDI, 2015, p.16), o que influenciará na relação da cidade com aquele espaço e na forma que as pessoas o veem.

Manfuz (2005, p.4) cita o fato de que na atualidade estamos “[...] construindo necessariamente o lugar e não no lugar”, o que implica dizer que não há uma discussão sobre como determinado objeto vai influenciar o espaço onde está sendo implantado. A partir disso, mostra-se a necessidade de discutir os processos intrínsecos na implantação do PMCMV, na reprodução da desigualdade e segregação das classes menos favorecidas, aspectos fundamentais que orientaram a construção de um referencial analítico que embasou a realização da pesquisa apresentada neste artigo.

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DO PMCMV¹ EM VARGINHA (MG)

O município de Varginha (MG) (figura 01) está localizado na região do Sul do estado de Minas Gerais. A população está estimada em 137.608 habitantes e a densidade demográfica é de aproximadamente 340 habitantes por km² (IBGE, 2021). O município opera uma relevância significativa no Sul de Minas, sendo espaço central em questões de saúde, serviços e trabalho e centralizando uma região intermediária composta por 82 municípios.

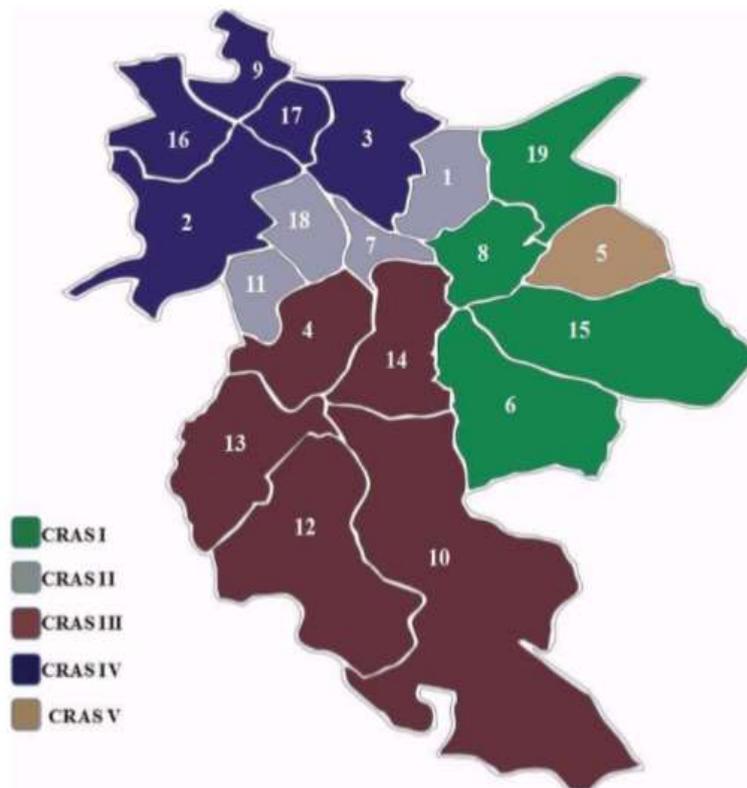
Figura 01: Localização de Varginha



Fonte: adaptada pelas(os) autoras(es) com base em <[https:// Commons.wikimedia.org /wiki/ File: MinasGerais _Meso Micro Municip .svg.>](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:MinasGerais_Meso_Micro_Municip.svg)

Conforme revela a Figura 02, o município é zoneado em cinco centros de referência da assistência social de nível municipal – CRAS (VARGINHA, 2017). A área de estudo onde se localiza os empreendimentos do PMCMV (faixa 1) fica inserida no CRAS 5 e abrange os bairros Carvalhos, Novo Tempo e Cruzeiro do Sul.

Figura 02: Centros de referência da assistência social de nível municipal (CRAS) em Varginha/MG



Fonte: Mapa social do município de Varginha, 2017- 2020 disponível em: < <https://www.varginha.mg.gov.br/>>

Nos três empreendimentos habitacionais do PMCMV destinados a faixa 1 construídos no município, foram contempladas 1.471 famílias. O bairro Carvalhos foi inaugurado em 2010 e conta com 431 unidades habitacionais; o bairro Cruzeiro do Sul, em 2014, com 467 unidades habitacionais; e o bairro Novo Tempo, em 2015, com 573 unidades habitacionais. Porém, devido a atrasos na obra, a população deste último empreendimento só tomou posse das residências no ano de 2017 (VARGINHA, 2020).

Os beneficiários comprovaram através do Cadastro Único para Programas Sociais (CADÚnico), à época de cada um dos empreendimentos, o perfil socioeconômico elegível, considerando a renda bruta familiar de até R\$ 1.600,00, que foi posteriormente alterada para R\$1.800,00. Todos os três empreendimentos tiveram como critérios para o cadastramento das famílias que desejavam concorrer às residências, ser morador de Varginha nos últimos cinco anos e, segundo o órgão oficial da prefeitura (VARGINHA, 2010), foram priorizadas aquelas que:

- a) A menor renda, sendo primeiro aquelas cuja renda mensal é de 0 à 1 salário mínimo; em seguida aquela cuja renda familiar seja de 1 a 2 salários mínimos; e, posteriormente, aquelas cuja renda mensal seja de 2 à 3 salários mínimos.
- b) O maior número de dependentes, ou seja, crianças e adolescentes.
- c) Inscrição mais antiga. Sendo cumulativo os critérios elencados em a, b e c.

Todo processo de desenvolvimento operacional e gestão, no que se refere aos empreendimentos Carvalhos, Cruzeiro do Sul e Novo Tempo, segundo a Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social SEHAD, foi realizado pelo Ministério das Cidades e pela Caixa Econômica Federal, pautados e ministrados pelas normas e legislações pertinentes, em especial a Lei Federal 11.977/2009, que dispõe na íntegra todo o processo de inscrição, seleção, perfil socioeconômico e sorteio das famílias (VARGINHA, 2010).

Os dados apresentados pelo município sobre o número de pessoas residindo nas áreas de proteção (tabela 1) mostram uma defasagem por se basearem no Censo de 2010, além de que o órgão oficial ressalta que o CRAS V possui alguns dados incompletos devido ao fato de que nas localidades mais recentes, como o bairro Novo Tempo, a população ainda não foi alocada para o CRAS de referência. O CRAS V apresenta uma população estimada de 3300 pessoas, 2,6% da população total (VARGINHA, 2017).

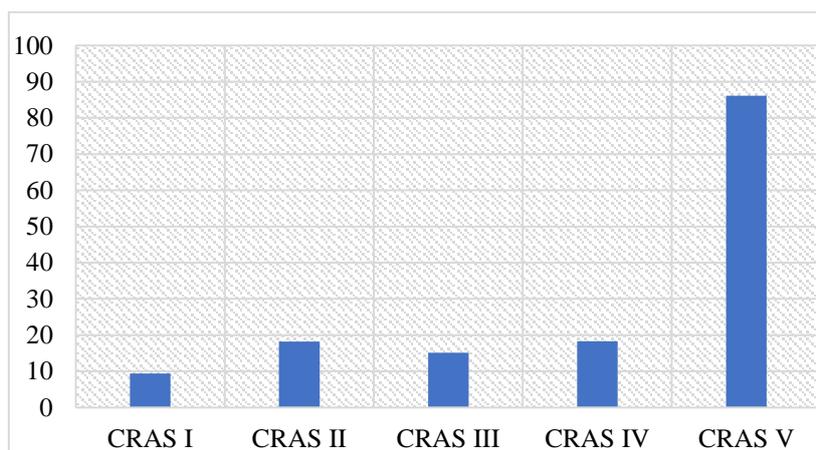
Tabela 1: Distribuição demográfica por áreas de proteção em Varginha (MG)

CENTRO DE REFERÊNCIA	POPULAÇÃO TOTAL
CRAS I	36.286
CRAS II	39.244
CRAS III	21.071
CRAS IV	21.271
CRAS V	3.300

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados obtidos pela SEHAD-Varginha, 2016. Disponível em < <https://www.varginha.mg.gov.br/> >

O Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) é responsável em oferecer apoio, orientação e acompanhamento de famílias ou indivíduos que se encontram em risco social. No levantamento feito de famílias e pessoas atendidas pelo PAEFI, em Varginha, nota-se (gráfico 1) que o CRAS referente aos bairros do PMCMV apresenta uma maior proporção de indivíduos atendidos em relação ao número total de moradores. Isto demonstra que a população residente nessas áreas apresenta maior vulnerabilidade social, tendo mais de 80% de famílias necessitando de algum tipo de serviço de assistência social (VARGINHA, 2017).

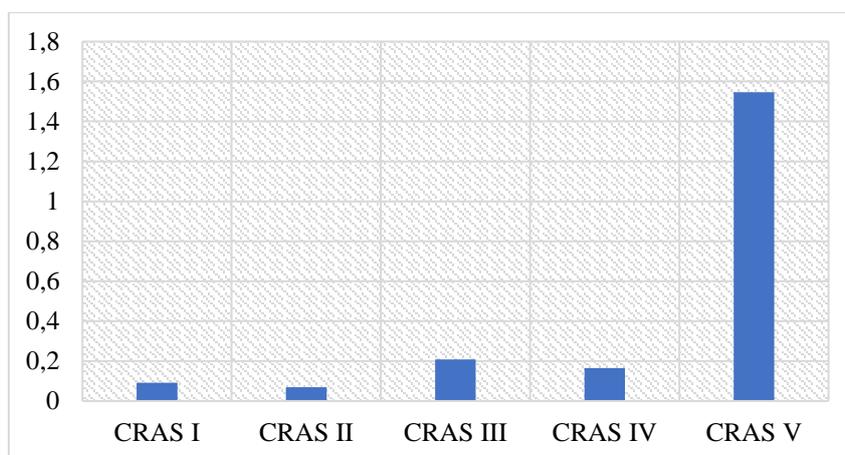
Gráfico 1: Percentual de indivíduos atendidos pelo PAEFI em Varginha (MG)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos pela SEHAD-Varginha, 2016. Disponível em < <https://www.varginha.mg.gov.br/>>

O Gráfico 2 apresenta a porcentagem de famílias em extrema pobreza em comparação a população total estimada. Enquanto os demais CRAS possuem uma concentração de pessoas em extrema pobreza abaixo do 0,2%, o CRAS V apresenta concentração acima de 1,4%.

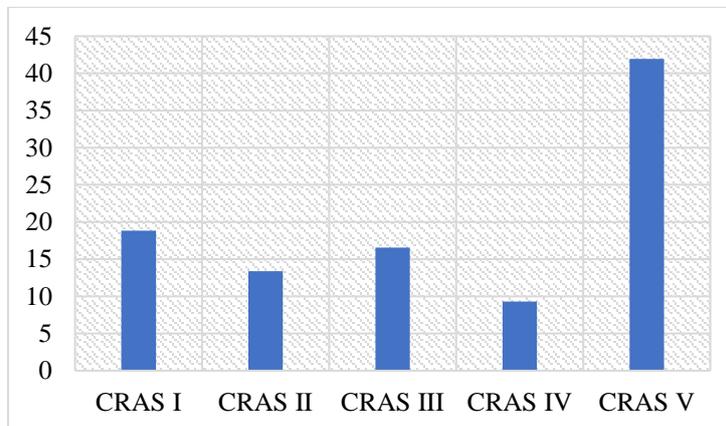
Gráfico 2: Percentual da população em extrema pobreza em Varginha (MG)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos pela SEHAD-Varginha, 2016. Disponível em < <https://www.varginha.mg.gov.br/>>

Um reflexo dessa concentração de pessoas em situação de vulnerabilidade social é o número de pessoas assistidas por programas de redução da fome e pobreza, como o Programa Bolsa Família (PBF). Varginha possui 441 famílias contempladas pelo PBF, dessas cerca de 42% residem nos bairros zoneados no CRAS V (gráfico 3).

Gráfico 3: Percentual de indivíduos atendidos pelo PAEFI (Varginha/MG)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos pela SEHAD-Varginha, 2016. Disponível em < <https://www.varginha.mg.gov.br/> >

METODOLOGIA

Para a elaboração desta pesquisa, optou-se por uma abordagem de natureza qualitativa com intuito de se compreender o fenômeno estudado a partir do olhar das pessoas que o vivenciam diariamente, ponderando os pontos de vista relevantes (GODOY, 1995). Os achados do estudo foram obtidos por meio de uma pesquisa de campo, além de observações sistemáticas qualitativas, registros fotográficos e entrevistas semiestruturadas ou semidiretivas.

A pesquisa de campo é “[...] o recorte que o pesquisador faz em termos de espaço, representando uma realidade empírica a ser estudada a partir das concepções teóricas que fundamentam o objeto da investigação” (MINAYO, 1994, p. 53). Parte-se de um recorte territorial para responder às questões da pesquisa, exatamente o que foi realizado neste trabalho.

As entrevistas foram feitas por meio de uma conversa livre e espontânea, realizadas com 10 indivíduos residentes da área de estudo, em dias diferentes, em outubro de 2020, presencialmente. Os entrevistados foram selecionados por meio de amostragem não probabilística por conveniência¹, a partir dos seguintes critérios: residir em um dos bairros do PMCMV faixa 1, em Varginha, com disponibilidade de tempo, interesse para realização da entrevista e eventuais contatos. Devido ao sigilo científico, os nomes dos entrevistados foram modificados. O perfil dos entrevistados contempla homens e mulheres de 18 a 40 anos.

Transcreveu-se integralmente o material, após realizadas as entrevistas. Em seguida, com o *corpus* bruto de informações em mãos, foram definidas as categorias *a priori* (BARDIN, 2011). Para definir as categorias seguiu-se as etapas de análise estabelecidas pela Bardin (2011), sendo: pré-análise; exploração do material; tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

Definiu-se três categorias, *a priori*: (1) Localização e infraestrutura urbana; (2) Acesso a bens e serviços e (3) O “morar” no conjunto. Por fim, a partir das categorias encontradas, interpretou-se o material retomando ao objetivo primário do estudo.

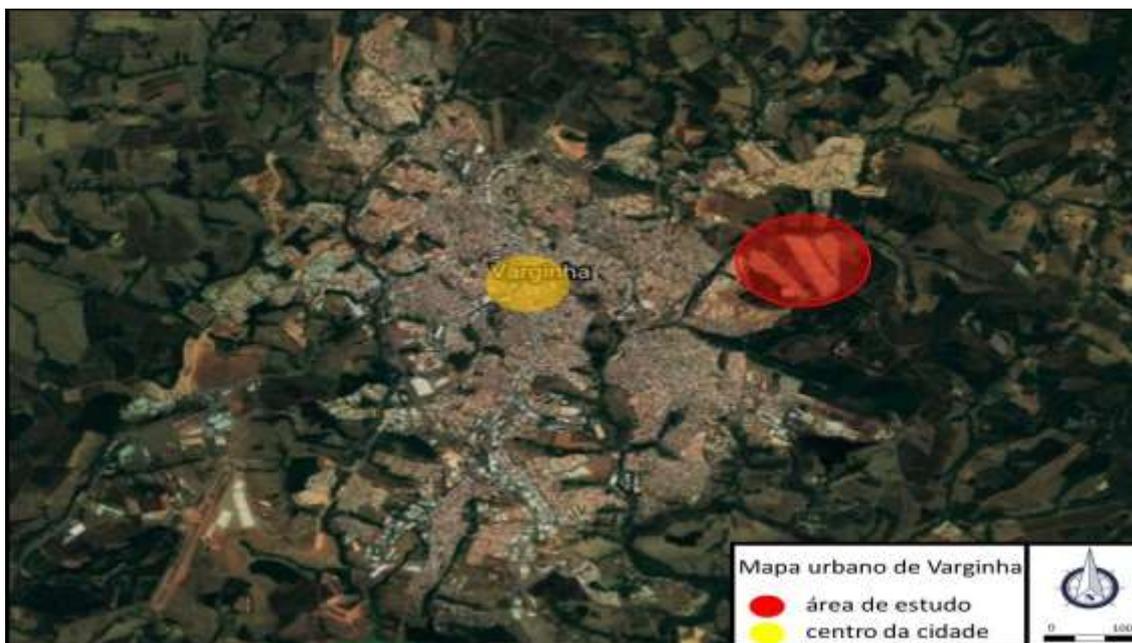
RESULTADOS E DISCUSSÃO

O processo de segregação espacial ocasionado com a implantação dos empreendimentos do PMCMV pôde ser observado em Varginha (MG). Ao analisarmos o perfil socioeconômico dos moradores dos bairros pertencentes ao PMCMV, em Varginha, nota-se que é constituído de uma população pertencentes a classes mais pobres, em sua maioria, em situação de vulnerabilidade social, o que é explicado devido aos critérios sociais adotados para a concessão das moradias, que priorizavam aqueles que de alguma maneira apresentavam uma baixa condição econômica. Traçar o perfil socioeconômico da população residente nos empreendimentos do PMCMV faixa 1 auxiliou no entendimento de que a segregação socioespacial está atrelada à condição social do indivíduo, conforme apontara Sposito (1996).

a. Localização e infraestrutura

Os conjuntos habitacionais pertencentes a faixa 1 compreendem os bairros Carvalhos, Novo Tempo e Cruzeiro do Sul (figura 1). Eles são exemplos do conceito de segregação socioespacial imposta, uma vez que a população residente (as famílias que possuem renda de 0 a 3 salários mínimos) não participaram do processo decisório de implantação dos bairros e tiveram acesso à casa mediante sorteio.

Figura 1: área de estudo



Fonte: Elaboração própria com base no *google maps*.

Isto é evidenciado pela fala de E1 que diz: “É tudo por sorteio né, então você tem que ter sorte da onde vai sair ali, não que tenha um lugar bom mais um são menos piores que os outros”. O local de implantação é escolhido por outros agentes, que retiram a população desta discussão.

Há um isolamento dos bairros, sendo rodeado de lotes vagos e uma extensa área verde (figura 2). O acesso formal se dá por uma única avenida. Para E1, a localização é “horrível, o pior lugar de Varginha”. Por ser destinado às camadas mais pobres, esses bairros tendem a ser localizados distantes do centro em total isolamento do resto da cidade. Essa é uma característica marcante dos empreendimentos faixa 1 do PMCMV (CARDOSO, 2017). Villaça (1998) trata de como a segregação urbana é pautada em uma organização socioespacial, criando áreas de grande disparidade social. Pelo perfil socioeconômico traçado, nota-se que a população do PMCMV em Varginha pertence a uma classe com menor poder aquisitivo e, por isso, fica com aquela porção de território menos valorizada.

Figura 2: Foto aérea de bairros do PMCMV em Varginha (MG)



Fonte: Elaboração própria, com base no *google maps*.

Sobre o acesso aos bairros, E7 ressalta na sua fala que é “péssimo porque a gente é isolada, o bairro em si só tinha uma saída que fica nos carvalhos, porque os outros ou você passava pela estrada de terra ou pelo cafezal, ou seja, não tinha.”. Esse pensamento é reiterado por E3 e E2. Entendendo a segregação enquanto a reprodução das desigualdades dentro do território (O’ NEIL, 1983), verifica-se como a implantação do PMCMV em Varginha segue essa lógica, ao separar em um espaço segregado um grupo de

pessoas com características socioeconômicas semelhantes, criando uma separação de classes dentro da própria cidade.

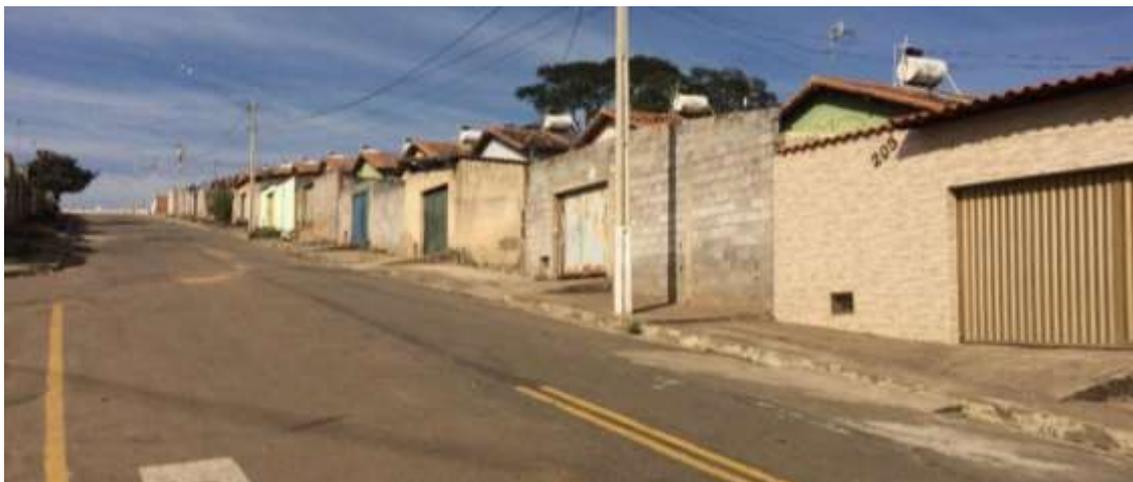
E3 - Eu acho que a localização é meio longe do centro, de alguns lugares, então tem que tá pedindo alguma condução pra onde 'cê' precisar ir.

E2 - Se sente mais isolado por ser muito longe do centro, praticamente fora do lado urbano, precisa de uma condução, aqui é longe da cidade.

Essas passagens informais criadas pelos moradores – e descrita por E7 – para facilitar a locomoção e acesso a outras áreas da cidade, retoma a discussão sobre como as relações da população com o espaço moldam o território. O indivíduo cria formas de adequar o território à sua necessidade, evidenciando o fato, apontado na revisão de literatura, de que a população também é um agente transformador do espaço urbano.

Os bairros são predominantemente residenciais e foram projetados sem levar em consideração a necessidade de expansão. Nos primeiros empreendimentos, Carvalhos e Cruzeiro do Sul, não há lotes vagos, nem espaços institucionais. Os bairros são formados por um “mar de residências” (figura 3). O bairro Novo Tempo, último a ser implantado, apresenta alguns espaços institucionais, como o CRAS, uma creche e a policlínica.

Figura 3: Fotos de residências PMCMV em Varginha



Fonte: Elaboração própria.

A estrutura urbana é o indicador mais tangível da segregação criada pela implantação dos empreendimentos. A faixa 1 é a que abarca aquelas famílias em maior situação de vulnerabilidade e possui uma forma distinta de acesso. Os estudos realizados por PEQUENO; ROSA 2015; SOBRINHA et al. 2015 observaram a discrepância entre a estrutura urbana entre os empreendimentos da faixa 2 e 3 para a faixa 1, provavelmente por que a mesma traz um menor retorno financeiro. Os empreendimentos faixa 1 destinados às famílias mais vulneráveis se encontram nas franjas urbanas, longe das áreas centrais, com infraestrutura de saneamento, acesso a transportes, pavimentação, arborização, acesso a bens e serviços são inferiores se comparado às faixas 2 e 3.

b. Acesso a bens e serviços e lazer

Nos bairros estudados, há um processo de segregação que dificulta o acesso por parte da população residente ao conjunto de meios coletivos proporcionados pela cidade. A implantação não levou em consideração a necessidade de acesso a serviços por parte da população. Não há supermercados, farmácias ou áreas de lazer. Os empreendimentos foram construídos afastados dos equipamentos e usos principais da cidade. Segundo E4 “o bairro em si não tinha nada, têm mercearia pra você comprar o básico, assim mesmo não tem escolha do produto, é o que tem e pronto” E8 reforça esse panorama na seguinte fala: “Pagar conta, farmácia esses outros só no centro”. Os poucos comércios e serviços que existem são improvisados em garagens, como forma de suprir a demanda da população (figura 4).

Figura 4: Foto de comércio local em bairro do PMCMV em Varginha...



Fonte: Elaboração própria.

Desprovido de espaços de lazer e cultura, o bairro conta com algumas áreas institucionais destinadas a praças, porém, todas abandonadas, sem iluminação ou equipamentos que possibilitem seu uso. Uma academia ao ar livre foi implantada, mas a mesma encontra-se em desuso, pois segundo os moradores, é de difícil acesso, não possui vegetação que fornece sombreamento e nada atraente (figura 5a). Os moradores se organizam de forma autônoma para que haja locais de lazer e esporte, utilizando algumas áreas existentes nas extremidades do bairro como campos de futebol (figura 5b).

Figura 5: (a) Academia ao ar livre (b) campo improvisado

(a)

(b)



Fonte: Elaboração própria.

Esta pesquisa nos mostrou o quão é importante entender como se dá a apropriação do espaço pelos agentes que de fato irão habitá-lo é essencial para construção do território em si, conforme sugeriu Lefebvre (1983). Outro ponto

citado, é a questão da falta de segurança desses espaços, que causam o abandono por parte da população, como observado na fala de E7. Sobre esses espaços, E2 fala que “a infraestrutura era boa, mas como não tem segurança, não tem área de lazer”.

E7 - A única área de lazer que tem no Carvalhos é o campo e a pracinha. A pracinha falta iluminação, porque tem muito aqueles “rapaizinho” que fica lá aí atrapalha quem quer fazer atividades, aí não tem como. Aí da parte de baixo que é o campo, se desce lá pra fazer uma atividade com as crianças, é muita briga, muita discussão, aí praticamente tem que ter {...}.

Sobre acesso a equipamentos de saúde, E10 ressalta que “tem posto de saúde, a infraestrutura é até boa, mas em si o atendimento não tem tudo que se precisa”. Isso gera a necessidade de se deslocar até os hospitais da região, mas como apresentado pela fala de E3 há uma dificuldade de ir e vir até esses espaços.

E3 - pra ir no hospital é uma dificuldade imensa, se ‘cê’ necessitar de ônibus ‘cê’ não consegue, então só pagando um particular pra ter acesso a qualquer um dos hospitais daqui de Varginha.

Em termos de equipamento público educacional, a área apresenta duas creches, uma no bairro Novo Tempo e outra no Carvalhos e uma escola de ensino fundamental que não atende toda a região. Sobre essa questão, E9 afirma que “tem a creche, mas não tem suporte para bairro todo. Tem escola no bairro Carvalhos, escola para o ensino fundamental, mas assim como a creche não vai comportar todo mundo.”. Isto acarreta necessidade diária de jovens e crianças irem estudar em outras regiões distantes. Uma questão interessante é notada na fala de E1, que diz “Eu prefiro que meu filho estude em outra localidade”, ou seja, a moradora prefere que seu filho tenha que se deslocar todo dia, dependendo do transporte público, para escolas de outros bairros, por considerar que a existente no seu bairro não é boa.

O maior problema enfrentado pela população, segundo relato dos moradores, é o transporte público. Apenas uma linha é destinada ao bairro, a linha 22, isso dificulta o acesso às demais localidades da cidade, sendo na maioria das vezes necessário pegar dois ônibus para chegar no destino final, como mostrado por E7. E5 enfatiza que na maioria das vezes não consegue acessar o transporte público, pois ao chegar no seu ponto já está superlotado, o que faz com que o motorista não pare, sendo necessário esperar a outro ônibus, isso também está presente nos relatos de E8 e E1.

E7- Tudo que você vai fazer para qualquer outro bairro que você vai, ‘cê’ tem que descer no centro e pegar outro ônibus, que a única ligação é os bairros que passa, o Sion (nome do bairro).

E5 - O transporte público é um caos porque eu já cheguei a ficar no ponto de ônibus de manhã para ir trabalhar, sair de casa vinte pra seis da manhã e tinha que trabalhar no centro à sete e cheguei no centro sete e meia porque três ônibus que passou não tinha como eu entrar porque “tava” lotado.

E8 - O transporte público é muito cheio no horário de pico, com horário de escola é lotado demais... você tem que esperar um pra pode pegar o outro, mas mesmo assim continua muito cheio.

E1 - O transporte é muito cheio e quando você precisa chegar no horário, por conta de parar muito para pegar a pessoas, você chega atrasado no seu serviço.

Os problemas apresentados pelos entrevistados mostram que a produção dos empreendimentos não levou em consideração diversos aspectos essenciais da vida urbana. Não houve um aprofundamento das necessidades da população, as formas de apropriação e reprodução da vida social dentro do território (LEFEBVRE, 1983). Abiko (1995) aborda como a produção da habitação popular deve trabalhar além da visão mercadológica, enxergando seus outros agentes e o processo de produção do espaço. Para atender de fato às necessidades da população, deve-se antes de tudo compreender as urgências do cotidiano dessas pessoas e, a partir disso, traçar planos que englobam essa visão no planejamento dessas habitações.

O “morar” no bairro

O princípio do PMCMV reside em uma política que traga acesso à moradia, sendo este direito fundamental, mas sua implantação tem reforçado processos de segregação e reprodução de desigualdade, conforme temos dito neste artigo. Como exposto por Desordi (2015), a construção do espaço físico não é suficiente para trazer acesso ao direito à moradia, deve-se pensar na qualidade de vida ofertada.

Os entrevistados E1 e E10 relatam que há um certo preconceito com o lugar por parte de moradores de outras áreas da cidade. Sposito (1996) expõe como a segregação fragmenta o espaço urbano, criando áreas para cada grupo social e os separa. Isto impossibilita o diálogo entre as classes que compõem a cidade e corrobora para aprofundar as desigualdades e criar preconceito com determinadas áreas. Constatamos que esse fenômeno ocorre em Varginha e afasta ainda mais os bairros do PMCMV da vida urbana, criando preconceitos com seus moradores e dificultando a interação com as demais localidades.

E1 - Eu não gosto de morar no bairro, não tem segurança nenhuma, o uso de droga é comum, eles usam droga como se tivessem fumando um cigarro, e que mais que eu posso dizer (pausa), não há nada positivo que eu possa falar, e sem falar o preconceito das outras pessoas quando você fala que mora lá naquele bairro,

E10 - Relação com a vizinhança na verdade é muito ruim. Os bairros vizinhos que seriam o Cruzeiro e o Carvalhos, a gente tinha até medo de passar por ser do lugar e os outros bairros que ficam um pouco mais pra frente tem medo da gente pôr a gente morar aqui.

Segundo Lefebvre (1983) o urbano é constituído pelas diferenças e a segregação que ocorre nos PMCMV em Varginha mostra como é a destruição do urbano tratado pelo autor, uma vez que separa e hegemoniza determinada classe no espaço e cria barreiras para um possível diálogo com localidades diferentes e pertencentes a outras classes. A falta de infraestrutura, distância

entre as camadas sociais e ainda dos bens de consumo, são fatores que podem influenciar no nível de produtividade e qualidade de vida da população.

A fala de E2 – “se tivesse opção, não tinha vindo morar aqui” – mostra que se houvesse possibilidade, sairiam do bairro e morariam em locais melhores, pois o mesmo é de difícil acesso e não contempla o mínimo de recursos que garantiriam a qualidade de vida dos moradores. Devido a suas condições socioeconômicas, os moradores têm naquele espaço uma única oportunidade, como aborda E1 ao dizer que “as pessoas aqui não têm outra perspectiva, eles não acham que pode conseguir algo melhor que aqui, então eles simplesmente aceitam.”

Ao mesmo tempo, nota-se uma conformidade com a situação, como visto na seguinte fala de E5 e E10, que vai de encontro com os estudos de Vieira (2005; 2011) sobre os processos de segregação na cidade média. Está presente nas falas apresentadas uma naturalização da situação vivida, como se essa divisão dentro do território fosse comum. Retomando a expressão o “lugar de cada um”, dita por Vieira (2005), observamos que é exatamente o sentimento passado pelos moradores desses empreendimentos, que, apesar dos problemas enfrentados, sentem que estão no lugar de direito deles na cidade.

E5 - a gente não pode reclamar, porque pelo menos aqui a gente tem nossa casa né.

E10 - As pessoas agora tão muito mais melhores, elas têm sua casa própria, pode pensar o que fazer na sua casa porque quando uma pessoa paga o aluguel é muito difícil.

As falas de E5 e E10 também dialogam com o fator ideológico apresentado por Vieira. As cidades médias não metropolitanas, como Varginha, possuem índices de qualidade de vida relativamente elevados, juntando a isto o fato de serem polos econômicos regionais. Isso cria um ideário de que não há nesses locais grandes desigualdades e de que há oportunidades iguais para todos que ali vivem. Sendo assim, as pessoas que não se enquadram nesse perfil de cidade ‘bem-sucedida’ merecem ocupar espaços afastados e de menor qualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando os conceitos apresentados, entende-se por segregação socioespacial a divisão social que ocorre no território. A segregação é resultado das desigualdades sociais – ao mesmo tempo que a potencializa –, pois concretiza a estruturação do território, separando diferentes grupos no espaço urbano. O artigo aqui realizado parte de um arcabouço teórico e metodológico cuja pretensão foi conhecer como o PMCMV impactou o tecido urbano de Varginha e se tornou reprodutor de segregação socioespacial.

Este estudo teve como premissa analisar a implantação do PMCMV (faixa 1) na cidade de Varginha (MG) e suas implicações na produção e reprodução da segregação socioespacial e desigualdades na cidade média não metropolitana contemporânea. Foi um estudo exploratório, realizado por meio de observações sistemáticas qualitativas, levantamento fotográfico e entrevistas semiestruturadas com 10 moradores dos bairros pertencentes ao PMCMV.

Os resultados obtidos evidenciam a precariedade de serviços de um modo geral, algo que marca de forma significativa os bairros de habitação de interesse social. As falas obtidas nas entrevistas mostram um modelo claro de segregação socioespacial imposta, pois, a população não participou do processo de implantação do projeto. Outro ponto observado é que os parâmetros adotados para seleção dos contemplados cria um grupo homogêneo, no que tange ao perfil socioeconômico. Há nesses espaços grande vulnerabilidade social, o que acentua as desigualdades vividas por essa população e sua fragmentação em relação à dinâmica urbana. Dessa maneira, sobretudo quando se trata das necessidades humanas, percebe-se grande insuficiência e discrepância nos meios de acesso. Quanto maiores as diferenças sociais, maiores serão também as diferenças no uso do solo, nas habitações, no acesso aos bens de consumo, nos produtos, serviços e, por conseguinte, na qualidade de vida.

Os parâmetros adotados por Vieira (2011) para diferenciar a segregação socioespacial das cidades médias ao processo que ocorre nas grandes metrópoles puderam ser observados nos resultados obtidos. Nota-se uma naturalização da situação vivida, como se uma divisão territorial em classes fosse natural da cidade. Os moradores entendem a segregação sofrida como aceitável.

Por fim, há o fator ideológico, apresentado por Vieira (2011), que sugere que no imaginário coletivo, as cidades médias não metropolitanas, assim como Varginha, são vistas como ilhas de prosperidade, locais tecnicamente ricos e com oportunidades para todos. Então aqueles que não conseguem se adequar a esse modelo idealizado devem ser marginalizados. As falas dos entrevistados mostram um contentamento com o local, pois, apesar dos problemas, na visão dos mesmos, é o local que lhes cabe por direito – é o local que a cidade reserva para eles – e é condizente com sua condição socioeconômica precária.

Para concluir, cabe mencionar que a principal limitação deste estudo reside no baixo número de moradores entrevistados (amostra) em relação à população total. Isto se deve à dificuldade imposta pela pandemia de COVID-19, que limitou o acesso aos indivíduos. Portanto, estudos futuros, baseados em uma amostragem mais ampla e em observações participantes, podem melhor levar a um aprofundamento da dinâmica urbana dos bairros estudados, bem como evidenciar sua ligação com a cidade como um todo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Almedina Brasil, 2011.

BASTOS FILHO, Reinaldo Antônio; PINTO, Neide Maria de Almeida; FIÚZA, Ana Louise de Carvalho; REZENDE, Dimitri Fazito de Almeida. A elaboração de um índice de segregação socioespacial como ferramenta de gestão e análise do espaço urbano de Viçosa, MG. **Interações**, Campo Grande, MS, v. 20, n. 3, p. 707-723, jul./set. 2019

BOGNIOTTI, Gláucia Maria Côrtes. **Cidades médias brasileiras: que perfil é esse?** Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2018.

CARDOSO, Márcio Rubens dos Santos. Produção do espaço urbano e desigualdades socioespaciais: considerações sobre o Programa Minha Casa Minha Vida na cidade de Ananindeua, Pará. **InterEspaço**. Grajaú/MA. v. 3, n. 10; p. 158-181, set./dez. 2017.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço Urbano**. ed. São Paulo: Ática, 1995. 94p.

CUNHA, Clarissa de Oliveira Gomes Marques da; GUIMARÃES, Anne Gabriele Alves. A mercantilização da moradia e o programa minha casa, minha vida: das relações entre estado e agentes privados à segregação socioespacial. **Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM**

HARVEY, David. **A Justiça Social e a Cidade**. São Paulo: Hucitec. 1980. Capítulo 5. Valor de Uso, Valor de Troca e a Teoria do Uso do Solo Urbano. p. 131-166

JÚNIOR, Adauto Rodrigues de Almeida; WHITACKER, Arthur Magon. Segregação socioespacial em cidades médias: diferenças ou semelhanças? Um estudo sobre o jardim cinquentário e o jardim morada do sol em Presidente Prudente – SP. **Geografia em Atos**, n. 7, v.2. Presidente Prudente, 2007

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo –Urupês, 1983.

MAHFUZ, Edson da Cunha. **Reflexões sobre a construção da forma pertinente**. 045.02ano 04, fev. 2004. Disponível em < <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/04.045/606> >

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 17ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. 80 p.

MINHA CASA MINHA VIDA. Resultado do programa. Disponível em: <<http://www.minhacasaminhavida.gov.br/>>. Acesso em: 15 mar. 2021.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Desigualdades socioespaciais – a luta pelo direito à cidade. **Cidades**, v. 4, n. 6, 2007, p. 73-88

ROLNIK, R. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo, 2015.

_____. **Informe de la Relatora Especial sobre una vivienda adecuada como elemento integrante del derecho a un nivel de vida adecuado**.

Naciones Unidas Distr. General, 10 de agosto de 2012.

OLIVEIRA, D. Análise de conteúdo temático-categorial: uma proposta de sistematização. **Revista Enfermagem UERJ**, v. 16, n. 4, p. 569-576, 2008.

O' Neill, Maria Monica. **Segregação Residencial: um estudo de caso**. Rio de Janeiro, 1983, 173p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

SANTOS, M. **Manual de geografia urbana**. 2ed. São Paulo. HUCITEC, 1989. 214p.

_____. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993. 157p.

_____. et al. (org). **O novo mapa do mundo: fim de século e globalização**. 4ª ed. São Paulo: Ed. Hucitec e Annablume, 2002

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. A Produção Capitalista do Espaço e os Conflitos Urbanos. In: Políticas públicas e direito à cidade: programa interdisciplinar de formação de agentes sociais [et al.].(org) **Políticas públicas e direito à cidade: programa interdisciplinar de formação de agentes sociais**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017.

SCALON, C. (Org.). **Imagens da desigualdade**. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: Iuperj/Ucam, 2004.

SINGER, Paul. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: MARICATO, Ermínia (Org). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. 2ed. São Paulo. Alfa-Omega, 1982, p.21-36.

SPOSITO, Maria E. Beltrão. Reflexões sobre a natureza da segregação socioespacial nas cidades contemporâneas. **Revista de Geografia**. Dourados, nº4, p71-86, 1996.

_____. **O chão em pedaços: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo**. 2004. 508f. Tese (Livre Docência) - Faculdade de Ciências Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

SUAVE, **Angela Michele**; et al. Conflitos urbanos: a financeirização da moradia e a violência do estado em desocupações dos movimentos dos sem-teto
Revista Humanidades e Inovação v.6, n.17 – 2019

VARGAS, Cláudia. **Um panorama dos programas habitacionais no município de juiz de fora**. Colóquio do núcleo de pesquisa de Geografia, Espaço e ação. Universidade Federal de Juiz de Fora. 2012

VARGINHA. Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social - SEHAD.2020. disponível em < [https:// www.varginha.mg.gov.br/portal/secretarias/5/ secretaria-municipal-de-habitacao-e-desenvolvimento-social---sehad](https://www.varginha.mg.gov.br/portal/secretarias/5/secretaria-municipal-de-habitacao-e-desenvolvimento-social---sehad)> acesso em out. 2020.

VIEIRA, Alexandre B. **O lugar de cada um**: indicadores sociais de desigualdade intraurbana. 2005, 169f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente.

_____. Desigualdades socioespaciais intraurbana: uma análise comparativa de três cidades médias – Uberlândia, São José do Rio Preto e Presidente Prudente. **Geografia em questão**, v. 04, n.01. 2011, pág. 18-28.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intra-urbano no Brasil**. São Paulo. Studio Nobel, 1998, 373p.